

## **NA VÉSPERA DA EMENDA DAS DIRETAS**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 24.04.1984

Amanhã, quando for votada a emenda Dante de Oliveira, poderá finalmente ser selado o fim do regime autoritário instalado no Brasil em 1964. Mas mesmo que a emenda não alcance os dois terços necessários, não devemos ter dúvida sobre o que está ocorrendo no Brasil neste primeiro semestre de 1984: estamos assistindo aos estertores de um regime que se colocou contra o povo e a sociedade civil, que se colocou portanto, contra a Nação.

Ora, é sempre desagradável ver um organismo morrer, especialmente quando esse organismo não percebe que já chegou o momento de seu desaparecimento e tenta desesperadamente adiar ou evitar o fim. Pois é exatamente a esse espetáculo confrangedor que o regime autoritário está obrigando toda a sociedade brasileira a assistir.

Na última semana tivemos três capítulos desse lamentável espetáculo. Em seguida ao extraordinário comício-passeata do Vale do Anhangabaú, sem dúvida a maior demonstração popular da história do Brasil, o presidente anunciou a emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para 1988. Alguns analistas elogiaram certos aspectos subsidiários da emenda, como a devolução da autonomia das capitais em 1986 e a redução do poder do executivo na promulgação de decretos-lei e no uso da instituição do decurso de prazo. E viram na emenda uma tentativa de negociação. Essa intenção de negociação realmente existe, na medida em que a emenda partiu do setor conciliador do governo. E, além disso, a emenda teve o mérito de assestar um profundo golpe nas candidaturas Maluf e Andreazza. Mas o objetivo fundamental da emenda é adiar por mais quatro anos a sobrevivência do regime autoritário, e convencer deputados e senadores do PDS a votarem contra a emenda Dante de Oliveira.

O segundo capítulo da resistência do governo foram as “conversas” pessoais e pelo telefone do presidente com deputados do PDS que se declararam a favor das diretas-já. Dessa forma assistimos a um triste espetáculo de pressão sobre congressistas.

O terceiro capítulo, entretanto, foi o mais grotesco e o mais lastimável. Para evitar “pressões indevidas” sobre os congressistas, o governo federal decreta mais uma vez estado de emergência em Brasília e proíbe a cobertura direta, pelo rádio e pela televisão, da votação da emenda das diretas. Na verdade, ao tomar medida tão descabida, o governo dificultou gravemente as negociações provavelmente necessárias, tamanha a indignação que provocou em toda a sociedade. Ao tomar tal medida fora do lugar não fez outra coisa senão reeditar as velhas pressões e ameaças veladas com as quais, nestes últimos 20 anos, submeteu o Congresso.

Acontece, entretanto, que o Congresso mudou, ganhou independência, recuperou parte da dignidade perdida. E amanhã a única resposta digna que a Câmara dos Deputados e depois o Senado podem dar à violência do estado de emergência é a aprovação da emenda restabelecendo as eleições diretas.

Entretanto, se a covardia e o oportunismo de uma minoria de deputados e senadores do PDS prevalecer sobre a vontade da maioria, o que teremos será apenas o adiamento por pouco tempo de uma morte anunciada. Seremos simplesmente obrigados a assistir a mais alguns espetáculos contristadores de um governo que, não sabendo desprender-se do poder quando todo o povo assim o exige, coloca-se contra a Nação. (24/04)